



Antifontismo

A oposição à política de fomento e desenvolvimento material implementada por Fontes Pereira de Melo após 1851, sem romper com o consenso dominante, animou o debate político na Regeneração, que, em Portugal, se tornou sinónimo de capitalismo. Nos salões, na imprensa e no Parlamento, esgrimiram-se palavras e argumentos. De um lado, estavam aqueles que, apoiando o ministro Fontes Pereira de Melo, viam na construção de estradas e de linhas de caminho de ferro a abertura ao progresso e ao desenvolvimento do país e a recuperação do atraso que a primeira metade do século, mercê de guerras e dissensões políticas, não tinha conseguido fazer. De outro, estavam os que, criticando Fontes, punham em causa não só a forma como esta política de fomento estava a ser conduzida, como os impactos para o país da abertura de novas vias de comunicação.

Alexandre Herculano, intelectual com participação ativa na vida política e social da época, foi dos primeiros a manifestar a sua discordância relativamente a Fontes Pereira de Melo. Apesar de, em 1837, em pleno setembrismo, ter defendido a ideia de que “os meios de fácil trânsito no interior de qualquer país são o elemento indispensável para a prosperidade do povo e para o progresso da indústria” e ter vaticinado que a Europa do futuro, cortada em todas as direções por caminhos de ferro, “constituirá um só país, e os seus habitantes um único povo” (HERCULANO [atr.], 1837, 86), Herculano pôs em causa a política fontista de desenvolvimento material. Numa sucessão de artigos pu-

blicados no jornal *O Português*, que fundou, em 1853, para contrariar os intentos da nova ordem liderada por Rodrigo da Fonseca Magalhães e Fontes Pereira de Melo, Alexandre Herculano combateu a Regeneração entendida como o “reflexo da reação triunfante na Europa, que se mascarava sob o manto dos melhoramentos materiais” (SARAIVA, 1971, 36) e fez da discussão em torno da construção do caminho de ferro e do seu financiamento um debate sobre a construção do Estado moderno. Questionando o fomento a qualquer preço, Herculano não se deixou seduzir pelo progresso que, de acordo com o discurso fontista, as obras públicas e o desenvolvimento material representariam para o país, contrapondo-lhes questões que, ao nível político, considerava serem de especial relevância, como o municipalismo e a descentralização. Nessa perspetiva, escreveu em *O Português* que “o caminho de ferro, desacompanhado de instituições que alterem em relação à política os seus efeitos, que substituam as condições de individualidade autónoma destruídas por ele, é o covão que abre a sepultura das nações, fracas pelo pequeno número dos seus membros, pela exiguidade do seu território” (MÓNICA, 1996, 26-27), como era o caso de Portugal. Utilizando as páginas de *A Revolução de Setembro*, jornal regenerador de António Rodrigues Sampaio, Lopes de Mendonça, defensor do programa de desenvolvimento material delineado por Fontes Pereira de Melo, respondeu, alimentando uma polémica que se estendeu durante alguns meses e que evidenciou duas atitudes opostas sobre as mudanças em curso, a de Herculano, “que rejeita a civilização contemporânea em nome de uma Idade Média mitificada, e a de quem a aceita, como Lopes de Mendonça, com alacridade” (*Id., Ibid.*, 18). Perante um poder político apostado em que o país



tomasse a todo o custo o comboio do progresso, Alexandre Herculano acabou por se tornar o porta-voz dos inimigos de Fontes Pereira de Melo. Na verdade, incapaz de se sobrepor à esperança generalizada dos Portugueses num futuro melhor, que a política fontista representava, o antifontismo alimentava-se do ódio ao ministro que, até 1856, continuou a trabalhar no seu programa de fomento material. Nesses anos, como nos seguintes, o fontismo, entendido como um modelo de desenvolvimento, com ou sem Fontes Pereira de Melo, continuou a marcar a agenda política da Regeneração. Contudo, se, por um lado, a abertura de estradas, a construção de caminhos de ferro, de pontes e de uma rede de telégrafos e a adoção de um sistema único de pesos e medidas mudaram, paulatinamente, a imagem que o país tinha de si próprio, por outro, o excessivo endividamento externo e a corrupção que lhe estava associada contribuíram para uma visão decadentista, que a situação política e económica do final do século virá a acentuar.

Nas décadas de 1870 a 1890, durante as quais Fontes Pereira de Melo assumiu, por longos períodos, a presidência do Governo e o país conheceu a estabilidade política e o desenvolvimento económico, dois homens ligados à geração de 70 destacaram-se, ainda que de formas diferenciadas, no combate ao fontismo – Rafael Bordalo Pinheiro e Oliveira Martins. Bordalo Pinheiro, humorista e caricaturista, fundou em 1879 o semanário ilustrado *O António Maria*, numa alusão evidente a António Maria Fontes Pereira de Melo. Embora, no editorial de abertura, o referido periódico se proponha “ser oposição declarada e franca aos governos, e oposição aberta e sistemática às oposições” (*O António Maria*, 12 jun. 1879, 1), a verdade é que a figura do ministro se tornou o alvo preferencial da sua crítica mordaz,

pela profusão de imagens sobre ele publicadas ao longo da primeira série, entre 12 de junho de 1879 e 21 de janeiro de 1885. Até à data da morte de Fontes Pereira de Melo, em janeiro de 1887, Bordalo não deixou de lançar o seu olhar crítico sobre ele e a sua obra nos jornais que publicou, como o *Álbum das Glórias* e o *Pontos nos ii*. O forte impacto, junto da opinião pública, destas imagens, “através da lente deformante do humor gráfico”, foi salientada por José-Augusto França ao sublinhar que, sendo convertidas em atos pela exposição de um desenho, as

Fontes Pereira de Melo, de Rafael Bordalo Pinheiro, O António Maria, 23 jun. 1881.



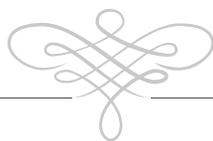


opiniões representavam, “mais do que a manifestação duma opinião, uma ação – naturalmente, que, sempre, subversiva” (FRANÇA, 1982, 13).

Será, contudo, Oliveira Martins, homem atento à realidade social do seu tempo e filho de um século em que Portugal tinha “uma quase patológica sensação da sua fragilidade histórica, política e económica” (LOURENÇO, 1999, 14), que se tornará o crítico mais influente da política fontista e da figura de Fontes Pereira de Melo. Pensador e político influenciado pelas diversas correntes de pensamento que marcaram a Europa da sua época, Oliveira Martins foi, quando outros já tinham desistido de lhe apontar os erros, o “iconoclasta do regime” (SARDICA, 2005, 530) que, moral e intelectualmente, considerou ser um “rifaçamento” (MARTINS, 1996, 267). Neste âmbito, além de artigos na imprensa periódica, como a *Revista Ocidental* (1875) e o *Jornal do Comércio* (1882), publicou várias obras, entre as quais se destacam, nas vertentes económica e social, *Portugal e o Socialismo* (1873), *A Circulação Fiduciária* (que mereceu, em 1878, o prémio da Academia das Ciências), *Política e Economia Nacional* (1885), *O Regime das Riquezas* (1883) e o *Projeto de Lei de Fomento Rural* (1887). O eixo central da sua crítica à Regeneração, que ele identificava com o fontismo, foi, conforme referiu Miriam Halpern Pereira, a discordância relativamente à teoria livre-cambista, cujo fim anunciava desde 1870. Na sua perspetiva, “confiar a evolução económica e social à ‘natureza das cousas’ e à ‘mão invisível’ de Adam Smith conduziu à anarquia em que vivia a sociedade do seu tempo” (PEREIRA, 1999, 85); defendia, em alternativa, uma nova forma de protecionismo “que se coadune com as necessidades positivas dos homens e das nações e que possa

garantir-lhes o grau de Liberdade e de Igualdade a que der direito a sua época de constituição moral” (MARTINS, 1873, 77).

Embora reconhecesse o contributo importante dos melhoramentos materiais para o aumento da riqueza pública, Oliveira Martins, que, por razões profissionais, conhecia bem os mecanismos de exploração do caminho de ferro em Portugal, acusou o fontismo de se ter preocupado mais com o fomento da circulação e menos com o crescimento da produção nacional e condenou os “desvários” que levaram ao endividamento do Estado, apontando o dedo a Fontes Pereira de Melo, o homem que, “ vaidoso e inchado como um personagem a valer, fazendo acreditar a muita gente mais ou menos diretamente paga que ele, o das mãos rotas, era verdadeiramente um estadista” (*Id., Ibid., XXVII*). Opondo-se, ainda, aos que viam na indústria o principal motor do desenvolvimento, Oliveira Martins defendeu a adoção de um processo de desenvolvimento equilibrado e sustentado, onde a agricultura tivesse um lugar de destaque. A terra, como refere no longo do pormenorizado projeto-lei sobre fomento rural que apresentou à Câmara dos Deputados em 1887, mas que nunca chegou a ser discutido, era, no seu entender, a “mãe omnípara de toda a riqueza” que “o silvo agudo da locomotiva” fez esquecer – “tratámos do instrumento, abandonando a matéria-prima; olhámos para as obras, sem olhar para a fazenda. Não pensámos as facilidades da viação, se favoreciam a corrente de saída dos produtos indígenas, favoreciam igualmente uma corrente de entrada dos forasteiros, determinando internacionalmente condições de concorrência para que não estávamos preparados e para que não soubemos preparar-nos” (*Diário da Câmara...*, 28 abr. 1887, 296-297). No seu entender,



o fontismo não falhou porque construiu caminhos de ferro, mas porque, entre outros aspetos, não criou as instituições económicas indispensáveis à concorrência com países mais desenvolvidos. Crítico de Fontes Pereira de Melo e da sua política que, entre 1870 e 1890, colocou o país no trilho do progresso, Oliveira Martins, apesar de apresentar uma conceção sustentada de desenvolvimento, não terá, no entanto, definido “um conjunto suficientemente coordenado de soluções concretas para que verdadeiramente se lhe possa atribuir uma proposta estratégica de desenvolvimento para Portugal” (TENGARRINHA, 1999, 108). Como escreveu António Sérgio, em 1958, “em vez de se limitar a conceber com clareza, a pregar com constância, preparando os jovens que viessem a achar no futuro as circunstâncias favoráveis à realização concreta”, Oliveira Martins, “com o seu anelo de realizar ideias para cuja efetuação não havia apoio, nem ambiente político, nem condicionamento social no tempo em que ele estava” (SÉRGIO, 1958, 239), preferiu a intervenção imediata. A forma como combateu o fontismo é disso um bom exemplo.

Com o desaparecimento de Fontes Pereira de Melo, figura tutelar da Regeneração, e com a crise económica e financeira de 1890-1891, o antifontismo perdeu atualidade. Contudo, e significativamente, no primeiro número de *Pontos nos ii*, publicado após a morte do estadista, em 3 de fevereiro de 1887, Bordalo Pinheiro, com o seu traço inconfundível, coloca sob a sua sombra figuras de vários políticos, entre os quais Hintze Ribeiro e António Serpa, e a legenda “Por mais que se encarrapitem, nenhum é capaz de lhe chegar ao pulso” (*Pontos nos ii*, 3 fev. 1887, 40). Mesmo entre os seus opositores, era essa a imagem que ficava da sua atuação enquanto político.

Bibliog.: *O António Maria*, 12 jun. 1879; *Diário da Câmara dos Deputados*, 28 abr. 1887; FRANÇA, José-Augusto, *Rafael Bordalo Pinheiro*, 2.ª ed., Lisboa, Bertrand, 1982; HERCULANO, Alexandre [atr.], “Caminho de Ferro”, *O Panorama*, vol. I, n.º 11, jul. 1837, pp. 86-87; LOURENÇO, Eduardo, “Oliveira Martins: história e mito”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. xxxviii, 1999, pp. 11-18; MANIQUE, António Pedro, *O António Maria. A Paródia*, Lisboa, Alfa, 1990; MARTINS, Oliveira, *Alexandre Herculano*, introd. e notas Joel Serrão, Lisboa, Livros Horizonte, s.d.; *Id.*, *Portugal e o Socialismo*, Lisboa, Imprensa de Sousa Neves, 1873; *Id.*, *A Circulação Fiduciária: Memória*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1883; *Id.*, *Política e Economia Nacional*, Porto, Magalhães e Moniz Editores, 1885; *Id.*, *O Regime das Riquezas*, 2.ª ed., Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1894; *Id.*, *Projecto de Lei de Fomento Rural Apresentado à Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1987; *Id.*, *Portugal Contemporâneo*, 2.ª ed., vol. 2, Mem Martins, Europa-América, 1996; *O Panorama*, 15 jul. 1837; MATOS, Sérgio Campos, “Portugal e Brasil em 1875: duas crónicas esquecidas de Oliveira Martins”, *Portuguese Studies*, vol. 21, 2005, pp. 34-69; MÓNICA, Maria Filomena (org. e pref.), *A Europa e Nós: Uma Polémica de 1853*, Lisboa, ICS/Quetzal, 1996; *Id.*, *Fontes Pereira de Melo*, 2.ª ed., Porto, Afrontamento, 1999; PEREIRA, Miriam Halpern, “Oliveira Martins e o fontismo”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. xxxviii, 1999, pp. 83-95; *Pontos nos ii*, 3 fev. 1887; SARAIVA, António José, *Herculano Desconhecido (1851-1853)*, Lisboa, Europa-América, 1971; *Id.*, *A Tertúlia Ocidental: Estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*, 2.ª ed. rev., Lisboa, Gradiva, 1995; SARDICA, José Miguel, *Duque de Ávila e Bolama: Biografia*, Lisboa, Dom Quixote/Assembleia da República, 2005; SÉRGIO, António, *Ensaio*, vol. 8, Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1958; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Herculano e a Consciência do Liberalismo Português*, Amadora, Bertrand, 1997; TENGARRINHA, José, “Oliveira Martins: uma estratégia de desenvolvimento para Portugal”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. xxxviii, 1999, pp. 97-108.

ISILDA BRAGA DA COSTA MONTEIRO